

## **2. PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE BRAGA PARA OS ÓRGÃOS DAS FREGUESIAS:**

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista a aprovação da Assembleia municipal, proposta relativa a transferência de competências do Município de Braga para os órgãos das freguesias, proposta que se anexa.

## **Proposta de transferência de competências do Município de Braga para os órgãos das Freguesias**

1. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, que entrou em vigor a 17 de agosto de 2018, estabelece, no seu artigo 1º, *“o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local”*.
2. Tratando-se de uma Lei-Quadro, o diploma legal prevê, no seu artigo 4º, que a transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza, a forma de afetação dos respetivos recursos e a definição das disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa serão concretizadas através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar.
3. O Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril veio concretizar a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, no âmbito da **transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias**, ao abrigo do n.º 2, do artigo 38.º, reforçando as competências das freguesias, em domínios integrados na esfera jurídica do município.
4. Este diploma legal entrou em vigor a 1 de maio de 2019, sem prejuízo da sua concretização gradual até 2021, nos termos do disposto no artigo 3.º, n.º 2, da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.
5. Assim, nos termos do n.º 1, do artigo 2.º do DL n.º 57/2019, de 30 de abril, é da competência dos órgãos das freguesias:
  - a) A gestão e manutenção dos espaços verdes;
  - b) A limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;

- c) A manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão;
  - d) A gestão e manutenção corrente de feiras e mercados;
  - e) A realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico;
  - f) A manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar do primeiro ciclo do ensino básico;
  - g) A utilização e ocupação da via pública;
  - h) O licenciamento da afixação de publicidade de natureza comercial, quando a mensagem está relacionada com bens ou serviços comercializados no próprio estabelecimento ou ocupa o domínio público contíguo à fachada do mesmo;
  - i) A autorização da atividade de exploração de máquinas de diversão;
  - j) A autorização de colocação de recintos improvisados;
  - k) A autorização da realização de espetáculos desportivos e divertimentos na via pública, jardins e outros lugares públicos ao ar livre, desde que estes se realizem exclusivamente na sua área de jurisdição;
  - l) A autorização de realização de acampamentos ocasionais;
  - m) A autorização da realização de fogueiras e do lançamento e queima de artigos pirotécnicos, designadamente foguetes e balonas, bem como a autorização ou receção das comunicações prévias relativas a queimas e queimadas.
6. Refere o n.º 2, do mesmo artigo, que as competências previstas nas alíneas d), g), h), j), k) e m), são exercidas pelas freguesias nos termos dos respetivos regulamentos municipais.
7. Não obstante, o n.º 3, do artigo 2.º, dispõe que a assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, **pode deliberar manter no âmbito de intervenção do município** as competências referidas no numero anterior,

**no todo ou em parte, que se revelem indispensáveis para a gestão direta, pelo município, e tenham natureza estruturante para o município ou para a execução de missões de interesse geral e comum a toda ou a uma parte significativa do município.**

8. No caso referido no número anterior, a proposta da câmara municipal apresentada à assembleia municipal é acompanhada do parecer de cada uma das juntas de freguesia em causa, as quais têm 10 dias úteis para se pronunciar, após a notificação efetuada para esse efeito pela câmara municipal.
9. Nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 12º, do DL n.º 57/2019, de 30 de abril, relativamente ao ano de 2019, as freguesias que não pretendam a transferência de competências previstas no Decreto-Lei em apreço, comunicam esse facto à DGAL, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, até 60 dias corridos após a entrada em vigor do diploma legal, ou seja, até 30 de junho de 2019.
10. Uma grande parte das competências transferidas para os órgãos das freguesias pelo artigo 2.º, n.º 1, do DL n.º 57/2019, designadamente, as constantes das alíneas a), b), c), d), g), h), j), k), l) e m), têm natureza estruturante para o município e para a execução de missões de interesse geral, nomeadamente em matéria de política de gestão do espaço público e de coordenação da proteção civil.
11. Assim, considerando que:
  - O espaço público constitui, por excelência, o espaço da vida comunitária, pelo que se torna imperativo que haja uma visão estruturante e de conjunto da sua gestão;
  - A fim de garantir a dimensão social do espaço público, é imperativo adotar uma política de utilização, baseada em determinadas características/critérios gerais, essenciais: identidade, continuidade, segurança, conforto, apazibilidade, mobilidade, acessibilidade, inclusão e coesão social, resistência e durabilidade, sustentabilidade;

- Só o Município, que congrega todos os interesses de todas as freguesias de forma unitária, poderá assegurar plenamente a observância desses critérios em todo o território do concelho;
- O espaço público como local de circulação, interação e de conexão entre indivíduos, tem uma importância primordial na construção das cidades;
- A vitalidade urbana depende fundamentalmente de espaços públicos de qualidade que fomentem a ocupação e utilização das áreas comuns da cidade;
- Torna-se imperiosa a fixação de critérios uniformes de ocupação do espaço público e da afixação, inscrição e difusão de mensagens publicitárias de natureza comercial, para todo o território do concelho de Braga, que visam assegurar a conveniente utilização pelos cidadãos do espaço, o que não se coaduna com a transferência de determinadas competências previstas neste diploma, para as freguesias;
- Bem como, de uma fiscalização que se pautar pelos mesmos critérios, que não divirjam de freguesia para freguesia;
- Também as atividades que implicam a coordenação de meios de Proteção Civil, estando em causa a prevenção de riscos coletivos e a proteção e segurança de pessoas e bens serão melhor asseguradas pelo Município do que pelas freguesias, uma vez que é ao Município que compete coordenar todas as atividades de Proteção civil no âmbito municipal – cfr. Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro;
- Relativamente às designadas “freguesias urbanas da cidade” (São Vitor, União de freguesias de São José de S. Lázaro e São João do Souto, São Vicente, União de freguesias de Maximinos, Sé e Cidade), tem sido prática corrente nesta autarquia no âmbito da celebração dos acordos de execução, a não transferência de algumas das competências que normalmente são transferidas para as freguesias “não urbanas”, por uma questão de eficiência e proximidade, uma vez que, estando os serviços

municipais muito próximos dessas freguesias, não se vislumbram ganhos de eficiência e eficácia em eventuais transferências de competências.

Todas estas considerações conduzem a que, responsabilmente e na defesa dos interesses do Município e da população do concelho de Braga, **nos termos do n.º 3, do artigo 2.º, do DL n.º 57/2019, de 30 de abril, não se devam transferir as seguintes competências, constantes do artigo 2.º, n.º 1:**

- A gestão e manutenção dos espaços verdes (alínea a), do artigo 2.º, n.º 1) – **nas “freguesias urbanas da cidade”;**
- A limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros (alínea b) - **nas “freguesias urbanas da cidade”;**
- A manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público (alínea c) - **nas “freguesias urbanas da cidade”;**
- A gestão e manutenção corrente de feiras e mercados, **em todas as freguesias** (alínea d);
- A utilização e ocupação da via pública **em todas as freguesias** (alínea g);
- O licenciamento da afixação de publicidade de natureza comercial, quando a mensagem está relacionada com bens e serviços comercializados no próprio estabelecimento ou ocupa o domínio público contíguo à fachada do mesmo, **em todas as freguesias** (alínea h);
- A autorização da colocação de recintos improvisados, **em todas as freguesias** (alínea j);
- A autorização da realização de espetáculos desportivos e divertimentos na via pública, jardins e outros lugares públicos ao ar livre, desde que estes se realizem exclusivamente na sua área de jurisdição, **em todas as freguesias** (alínea k);
- A autorização da realização de acampamentos ocasionais, **em todas as freguesias** (alínea l);
- A autorização da realização de fogueiras e do lançamento e queima de artigos pirotécnicos, designadamente foguetes e balonas, bem como a

autorização ou receção das comunicações prévias relativas a queimas e queimadas, em todas as freguesias (alínea m).

**Assim, concluindo:**

Relativamente às **“freguesias urbanas da cidade”**: São Vítor, São José de S. Lázaro e São João do Souto, São Vicente, Maximinos, Sé e Cividade, **opta-se pela recusa ou não transferência das competências constantes das alíneas a), b), c), d), g), h), j), k), l) e m), do n.º 1, do artigo 2.º, do DL n.º 57/2019, de 30 de abril.**

Relativamente às **“freguesias não urbanas da cidade”**, **opta-se pela recusa ou não transferência das competências constantes das alíneas d), g), h), j), k), l) e m), do n.º 1, do artigo 2.º, do DL n.º 57/2019, de 30 de abril.**

**Nestes termos, propõe-se que, a Assembleia Municipal delibere manter no âmbito de intervenção do Município de Braga, recusando a transferência para os órgãos das freguesias, as competências supra identificadas.**

Braga, 18 de Junho de 2019

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

  
(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)